

O orçamento da União já prevê 13% para educação

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney encaminhará ao Congresso, no dia 31, a mensagem orçamentária da Educação para 1986, pela primeira vez com a dotação de 13% do orçamento global da União, conforme prevê a Emenda Calmon. A informação foi dada ontem pelo ministro da Educação, Marco Maciel, que ressaltou a importância da educação no processo democrático, reconhecendo o momento de crise que vive a universidade brasileira. Até este ano, o orçamento do ministério era de 4,5% do total arrecadado pela União.

Marco Maciel disse que esse aumento nos recursos para a educação não vai resolver imediatamente os problemas do setor, que representam 22 milhões de brasileiros sem escola. Segundo o ministro, o aumento é “de decisiva importância para o processo democrático” e “contribuirá de modo expressivo para melhorar o quadro”. Maciel fez essas afirmações depois de uma conferência para os estagiários da Escola Superior de Guerra, quando disse que a prioridade para o ensino básico é compatível com os princípios do liberalismo.

O ministro disse que atualmente o governo não cumpre — por falta de condições, como a escassez de recursos financeiros — o princípio constitucional que torna obrigatória a garantia do ensino público para a faixa etária dos sete aos 14 anos. Ele destacou ainda a necessidade de ser assegurada a merenda escolar, principalmente em algumas regiões em que o aluno não tem uma alimentação suficiente e precisa encontrá-la na escola. Por isso, é preciso “universalizar a merenda escolar”. Marco Maciel afirmou também que é necessário que seja garantido o fornecimento do livro didático, e assim o Ministério da Educação vai distribuir em 1986 cerca de 30 milhões de livros para a rede pública de escolas.

A universidade brasileira tem de recuperar, na opinião do ministro, a sua atividade crítica, constituindo-se “em um grande centro de reflexão política dos problemas brasileiros, garantindo-se-lhe melhores condições para que ela cumpra bem os seus compromissos no campo do ensino e da pesquisa”. Há necessidade, segundo o ministro da Educação, de se melhorar a qualidade do vestibular, “dentro de um esforço para melhorar a qualidade do ensino superior, pois seu problema não é tanto de expansão, mas sim de melhoria de sua qualidade”.

“Quando falei, na palestra para os estagiários da ESG sobre a situação em que nos encontramos na área do ensino básico, eu quis denunciar esses problemas: temos mais de 20 milhões de crianças fora da escola; altas taxas de evasão e de repetência e um ensino que não é de boa qualidade, sobretudo os conteúdos essenciais, o ler, o escrever, o falar”, disse o ministro.

Marco Maciel afirmou que convoca a sociedade para participar de seus esforços, “porque educação é um direito do cidadão, é um dever do Estado, mas é uma responsabilidade social coletiva, e dia 18 de setembro vamos promover o ‘dia nacional do debate sobre a qualidade do ensino’, para uma reflexão sobre esse problema e a valorização da escola pública”. O ministro disse que “a responsabilidade do Estado em relação aos cidadãos é particularmente importante no campo da educação, mas o chamado ensino médio no Brasil sempre se caracterizou por uma dicotomia discriminatória”.

O ministro defendeu ainda a universalização e a gratuidade do ensino de primeiro grau; a manutenção do princípio da liberdade de escolha e da pluralidade de sistemas educacionais; a busca de melhores padrões de qualidade na rede pública de ensino; a materialização do princípio democrático de assegurar a efetiva igualdade de oportunidades; a não limitação da educação formal à formação de agentes ativos do processo econômico, exigidos pela demanda do mercado de trabalho, mas também agentes ativos do processo político; a reordenação institucional da universidade para que ela cumpra a função social de se integrar no meio; a promoção de modificações no sistema desportivo; e a utilização de recursos modernos, para tornar a informação acessível a todos.



Ministro Marco Maciel

Arquivo